PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 14ª Reunião da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária

Local: Salas de Reunião da SEMOC/PCR – 12ª andar e SEPLAN/PCR – 5ª andar
Data: 23 de novembro de 2017
Horário - Manhã: 09h38 às 12h20
Horário – Tarde: 14h48 às 17h

Pauta:

- ✓ Análise do Produto 03 do PLHIS – Versão preliminar para elaboração de parecer técnico e encaminhamento ao Plenário do Conselho da Cidade do Recife.

- ✓ Outros informes.

Participantes da reunião da Câmara Técnica:

- ✓ Dos Conselheiros do poder público presentes: Norah Neves, Cezar Augusto, José Fernandes Jr. Luciana Félix e Marcela Gusmão.

- ✓ Dos Conselheiros de segmentos Empresariais: Sandro Guedes (ADEMI).

- ✓ Dos Conselheiros de Entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs:

- ✓ Dos Conselheiros de Representantes do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental: João José da Silva (MLPC/PE).

- ✓ Dos técnicos da PCR e convidados: Carlos Alberto Carneiro (Poder Público), Adriana Figueira (Poder Público), Mônica Loreto (Poder Público), João Victor Mulatinho (Poder Público), Tarciana Medeiros (Poder Público), Fernando de Alcântara (Poder Público), Eronides Carneiro (Poder Público), Adriana França (Poder Público), Jane Toscano (Poder Público), Ana Magalhães (Poder Público), Kátia Simões (Poder Público), Socorro Leite (HABITAT), Meyre Costa (Lucena), Winnie Fellows (Lucena), Sérgio Lúcio (Lucena), Igor Jordão (Lucena), Fernando Almeida (Lucena) e José de Brito (Projetos Integrados).

Resumo da reunião:

- ✓ Norah Neves (Poder Público) abriu a reunião às 09h38 e após verificação de quórum, repassou a pauta do dia, informando que a Lucena Consultoria fará apresentação: Construção Estratégia de Ação – Produto 03.

- ✓ Meyre Costa (Lucena) apresentou a equipe da Lucena para os participantes da reunião e relembrou os temas debatidos nas reuniões anteriores, ressaltando que o encontro de hoje

objetiva a construção conjunta, já que os participantes receberam o Produto 03, para fazer as alterações ou complementos à versão original.

- ✓ Winnie Fellows (Lucena) perguntou se os participantes já estão com suas contribuições para agregar na construção do Produto 3. Iniciou a apresentação dos slides falando dos Princípios, Diretrizes e Objetivos do PLHIS/Recife. Apresentou a bases para construção das estratégias de ação do PLHIS, citou o Diagnóstico, mostrando os problemas e propostas apontados pelos representantes das RPAs. Elencou as propostas prioritárias, resultantes da 6ª Conferência Municipal do Recife, realizada em junho de 2016. Mostrou o resultado das Escutas Populares por RPAs, cujas propostas se concentram na construção e melhorias habitacionais, regularização fundiária e urbanização. Tratou das necessidades habitacionais (Déficit habitacional e inadequação de domicílios), mostrou a evolução dos componentes do Déficit Habitacional total entre os anos de (2000 e 2010). Dentre os itens apresentados, ressaltou que no ano de 2000 havia o déficit de 57.867 domicílios e 2010 o número era de 63.851. Apresentou a taxa geométrica correspondente e falou da estimativa do déficit habitacional total. Explicou que se não houver mudanças, em 2037 o déficit será de 115.060. Colocou a Inadequação de domicílios e seus componentes ressaltando que, caso não ocorra intervenções sobre essa área, no ano de 2037, a taxa será de 98.425 domicílios. Observou que para evitar esses números, faz-se necessário o fortalecimento do quadro municipal de profissionais envolvidos com a questão habitacional, investimento na integração, fomento no desenvolvimento de projetos de HIS multifamiliares em plataforma BIM, criação de banco de terras, estímulo à autogestão dos empreendimentos habitacionais, elaboração de programas com custos previstos na área de habitação, aplicação de instrumentos de regularização fundiária, dentre outros. Sugeriu três grandes metas para 2037: 1) Reduzir entre 50% e 100% do DHT acumulado e da demanda habitacional futura, com investimento na produção de novas moradias em lotes urbanizados, promoção de loteamentos com oferta de material de construção e assistência técnica, com a produção de novas moradias no mesmo lote e a promoção de autoconstrução assistida; 2) Redução entre 50% e 100% da inadequação dos domicílios até 2017, com investimento na regularização jurídico-fundiária, instalação de módulo sanitário domiciliar, autopromoção assistida para melhorias habitacionais e urbanização de assentamento precário; 3) Promoção do desenvolvimento institucional, com implantação e manutenção de um sistema Municipal de Habitação de Interesse Social (SMHIS), modernização organizacional e técnica. Apresentou uma tabela com as linhas programáticas, as necessidades habitacionais, as metas, as sublinhas programáticas, o número de famílias atendidas e número de déficit habitacional. Mostrou a indicação de prioridades, informando que os pedidos oriundos dos encontros com as comunidades estão contemplados em subitens. Encerrada a apresentação Norah Neves (Poder Público) sugeriu que os conselheiros focassem na discussão sobre metas e linhas de ações, lembrando o objetivo da reunião de validar o terceiro produto do PLHIS.

- ✓ Socorro Leite (HABITAT) apresentou suas observações, destacando que alguns temas propostos em reuniões anteriores da CT Habitação, foram incorporados ao PLHIS, mas que a consultora precisa avaliar melhor a taxa de crescimento do déficit habitacional apresentada, pois notou que, segundo cálculos aplicados gerou uma redução nos anos de 2000 a 2010. Avaliou ser este indicador um risco, já que o país se encontra em crise e há redução nos investimentos públicos,

ocorrendo, portanto, uma situação adversa aos acontecimentos da década anterior, quando ocorreram mais investimentos públicos nessa área. Cezar Augusto (Poder Público) ressaltou que os dados relativos aos anos citados, foram decorrentes dos dados disponibilizados pelo IBGE, com o novo censo previsto para 2020, deverá se realizar uma projeção mais adequada desses dados. Considerou que uma alternativa para aproximar o dado da atual conjuntura é ampliar o tempo de analise para os anos anteriores a 2000. Socorro Leite (HABITAT) ressaltou que acha perigoso fazer uma projeção tão ampla, considerando apenas os recursos federais. Expressou sua preocupação sobre a existência de terrenos para construção de casas térreas na cidade do Recife, já que a cidade pouco dispõe de áreas livres. Sugeriu adotar uma conta geral para saber o déficit e a demanda futura, tendo em vista o atendimento global. Sugeriu que o quadro apresentado com a síntese da Escuta Popular deve ser utilizado como referência para indicar as prioridades definidas no Plano, com percentuais diferenciados de acordo com as metas apresentadas. Apontou a necessidade de apresentar um arranjo institucional da Política Municipal de Habitação de Interesse Social. Sobre a questão institucional, Winnie Fellows (Lucena) informou que Igor Jordão (Lucena) fará a apresentação do arranjo proposta pela consultora no horário da tarde.

✓ Socorro Leite (HABITAT) Retomou a discussão sobre os custos e metas apresentados, avaliando que os valores referentes estão baixos. Lembrou que o Programa Minha Casa Minha Vida, trabalha com valores na faixa de 70.000 Reais por imóvel e que o plano esta apresentando valores na ordem de 35.000 já estão defasados. Observou que deve ser feita uma leitura dos problemas, observando a necessidade de investimentos elevados, e como pode ser resolvido sem a ajuda do Governo Federal, sobretudo para aqueles que necessitam de urgência. Norah Neves (Poder Público) concordou com alguns dos pontos citados por Socorro Leite (HABITAT), achou difícil, o cumprimento de algumas metas que dependam da ajuda do Governo Federal, contudo, lembrou que algumas políticas têm recursos garantidos, a exemplo da área de infraestrutura. Discordou da sugestão de adotar os anos 90 como referencia para projeção do déficit habitacional, argumentando que no momento, existem obras que estão sendo executas, que, em sua opinião, podem contribuir para reduzir o déficit. Sobre a construção de casas térreas, ressaltou que há dificuldades de terrenos disponíveis, mas para algumas áreas, é possível adotar esta tipologia construtiva. Contudo, para a realidade do município, é mais provável a construção de edificações verticalizadas. Informou que não conhece ações exitosas de ocupação de imóveis ociosos. Ressaltou que o custo de manutenção para este tipo de investimento é muito elevado. Embora avalie que este tipo de ação deva continuar no Plano. João José da Silva (MLPC/PE) informou que na cidade de São Paulo existem projetos de sucesso em relação à ocupação de imóveis ociosos. Norah Neves (Poder Público) acrescentou na discussão a necessidade de investimento em alternativas sustentáveis para a faixa de renda que se pretende atingir, como energia solar e reuso de água, por exemplo. Sobre essa questão, João José da Silva (MLPC/PE) relatou sobre um problema vivenciado em sua comunidade, Campo do Vila (Espinheiro), com o mal funcionamento do sistema de esgotamento sanitário, devido a falta de manutenção. Indagou sobre a responsabilidade da manutenção do sistema, pois nem a COMPESA, nem a Prefeitura assumem a manutenção. Outra questão levantada por ele, diz respeito à moradia considerar em seus critérios de acesso a raça e étnica, os negros e índios. Questionou sobre a falta de integração do serviço público, no processo de elaboração dos projetos e posteriormente em sua gestão.

✓ Fernando de Alcântara (Poder Público) perguntou se a questão da autogestão é referente aos conjuntos habitacionais também.

Retomada a discussão sobre os prazos e metas, Winnie Fellows (Lucena) informou que há uma proposta para revisar os prazos, que se pode alterar o tempo da revisão, pois os prazos ainda não estão fechados. Norah Neves (Poder Público) achou interessante, que a consultora observe os projetos que já tem recursos garantidos para analisar se há condições de incluí-los como referencia orçamentária do município. Socorro Leite (HABITAT) observou que essa questão tem a ver com o potencial de investimento do município e não da projeção no Plano. Considerou complicado fazer uma projeção sem relacionar ao problema da precariedade da infraestrutura. Avaliou que alguns dados definidos para a projeção estão incoerentes com a realidade de investimento da prefeitura. Winnie Fellows (Lucena) informou sobre pesquisa que subsidiou o diagnóstico sendo visto que o município pode investir com 12 mil residências não devendo abrir mão da possibilidade de inserção de casas. Ressaltou que haverá uma revisão nos custos. Expôs que pode haver uma mudança na meta devendo ser verificado qual o potencial de investimento da prefeitura, considerando o prazo. Avaliou que os percentuais podem ser reduzidos caso o município possa assumir os custos sem depender do Governo Federal. Sobre a proposta de acrescentar o sistema de autogestão nas estratégias com os investimentos na área de saneamento, informou que irá incluir no plano.

✓ Sandro Guedes (ADEMI) concordou com as indagações feitas por Socorro Leite (HBITAT), ressaltando que os números expostos devem ser avaliados considerando o contexto atual. Falou da importância do Plano admitir metas mais ousadas, pois as pessoas têm pressa por moradia. Informou que Jaboatão dos Guararapes destravou vinte sete processos que estão sendo licenciados. Expôs que apenas três empresas construíram cerca de 10 mil unidades habitacionais nos últimos anos, significando um investimento muito baixo. Indagou se a Prefeitura tem condições financeiras de construir o parque na área integral do Aeroclube. Reforçou que o caminho para aumentar investimentos em construções habitacionais é a parceria público-privada. Concordou com os outros conselheiros sobre o valor baixo previsto para construção. Acrescentou que o valor de 70.000 reais é baixo, sendo, portanto inviável o de 30.000 reais previsto no Plano. Acrescentou que é mais caro transformar imóveis ociosos em moradia do que construir um novo. Informou que as margens são muito pequenas de lucros e que as empresas ganham na quantidade. Ressaltou que há dinheiro, o que não existe é estratégia e planos. Falou que na cidade de São Paulo estão tendo retorno com mercado de habitação de interesse social. Informou que há diversos mecanismos que já podem ser previstos para facilitar as operações. Defendeu que o município deva investir em aluguel social e que nas ZEIS já existe, mas apenas poucos ganham com isso, apesar do déficit gigante. Concordou que loteamento urbanizado não atende a realidade do Recife. Observou que as propostas das Escutas Populares não deveriam ser utilizadas como referência única para as metas do Plano, pois são dados reduzidos em relação à população da cidade do Recife.

- ✓ Socorro Leite (HABITAT) e Norah Neves (Poder Público) não concordam com Sandro Guedes (ADEMI), considerando que as Escutas Populares foram representativas, pois, são referencias qualitativas da organização popular.

- ✓ Sandro Guedes (ADEMI) ressaltou a importância do Plano se colocar de forma ousada e não se contentar com os recursos existentes, pois há a necessidade de se trabalhar na captação de recursos.

- ✓ Socorro Cavalcanti (Poder Público) observou a importância de se incluir no Plano as questões relativas às políticas transversais, pois, se fala muito e não se registrada esse tipo de estratégia com metas e custos correspondentes. Sugeriu incluir no plano uma linha programática dessa área.

- ✓ José Fernandes (Poder Público) parabenizou a Câmara Técnica de Habitação, observando que esta realizou mais reuniões durante todo o ano, se comparada às outras CT do Conselho da Cidade. Fez referencia a importância da realização das Escutas Populares nesse processo de elaboração do PLHIS. Parabenizou também a Lucena Consultoria pelo trabalho realizado. Observou que é importante elaborar uma versão do Plano em uma linguagem acessível para toda a população. Acrescentou que acha importante as sugestões apresentadas serem incluídas no Plano. Avaliou ser interessante buscar soluções locais para os problemas como também recursos, não dependendo de terceiros para viabilizar os projetos. Ressaltou a importância de se estimular a construção civil, para atuar nessa área, pois, essa pode gerar empregos em todos os setores da economia da cidade. Falou da regularização fundiária, informando que esta área pode dispor de recursos modernos de mapeamento utilizados para ajudar a acelerar os trabalhos.

- ✓ Cezar Augusto (Poder Público) falou do fortalecimento institucional e que na síntese do relatório apresentado pela consultora merece ser ajustado, já que a partir de 2017, foi feito um novo arranjo na reestruturação da Secretaria de Infraestrutura. Observou que o sistema deve ser pensado visando seu fortalecimento com quadros técnicos adquiridos por meio de concurso público.

- ✓ Winnie Fellows (Lucena) informou que observará melhor a questão de gênero e etnia no Plano e verificará a questão do custo. Observou que realmente o custo das moradias está bem reduzido. Falou que anotou todas as solicitações e observações dos conselheiros. Sugeriu incluir as políticas transversais como sublinha da questão institucional.

- ✓ Socorro Leite (Habitat) retomou a discussão sobre os custos. Ressaltou que o benefício de trabalhar com imóveis ociosos devem ser observados também, apesar dos custos serem considerados mais elevados. Informou que há imóveis em São Paulo onde se aplicou investimentos para a autogestão sendo uma modalidade que pode acontecer em Recife. Avaliou que para haver mudanças significativas há a necessidade de investimentos também significativos. Ressaltou que o Prefeito deve estar envolvido com isso. Acrescentou que poderiam investir em equações que ajudem a gerir os conjuntos habitacionais, incluindo o comércio, por exemplo.

Ressaltou a importância do aluguel social, impossibilitando fraudes e possibilitando oportunidades de acesso a locais interessantes. Falou sobre estratégias para captar recursos exemplificando os investimentos ocorridos em Petrolina que resolveu seu problema de déficit habitacional. Avaliou que o Plano deva fazer leitura de outros anos, mas, o fato é que em Recife não se priorizou investimentos públicos para essa área. Sobre a Escuta Popular, apesar avaliar que a metodologia não tenha permitido um amplo espaço de discussão, achou importante ter havido a participação popular, pois nela se confirma a demanda pautada no diagnóstico. Concordou com Socorro Cavalcanti (Poder Público) sobre a inserção de investimentos em temas transversais. Achou que não há necessidade da criação de uma nova secretaria no momento. Sugeriu definir um prazo para envio das propostas.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) ressaltou que em relação ao aluguel social, apesar defender essa modalidade de investimento, avalia que para a realidade brasileira, não acredita mais que funcione. Destacou que anteriormente, famílias beneficiadas com habitação popular demonstraram resistência em aceitar a Concessão de Direito Real de Uso expedida pela Prefeitura, por essa não garantir a propriedade individual. Os cidadãos em geral querem o título de propriedade do imóvel. Ressaltou que na França, por exemplo, o aluguel social não funciona mais, pois há casos de cidadãos que acessam ao imóvel e não necessitam. Socorro Leite (HABITAT) concordou com Norah Neves (Poder Público), sobre a cultura patrimonialista brasileira, mas defendeu que se não ocorrer investimentos para mudar a cultura nada acontece de novo. Norah Neves (Poder Público) considerou existir outras formas de trabalho para investimento em imóveis subutilizados, informou que a Controladoria do Município está fazendo um trabalho para verificar quais imóveis estão subutilizados. João José da Silva (MLPC/PE) sugeriu que se convidasse a Controladoria do Município para apresentar o trabalho sobre imóveis subutilizados na Câmara Técnica.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) ressaltou a importância da regularização fundiária como linha estratégica do Plano considerando ser favorável realizar um bom trabalho nesta área. Informou que haverá uma apresentação na AMUP no dia 27.11, a partir das 18h, sobre um convênio, com proposta de realizar uma oficina para capacitação dos gestores com esse tema.

- ✓ João José da Silva (MLPC/PE) achou interessante trazer para o Plano a permuta de habitação em vez de praticar a indenização, sobretudo para as obras que ocorrem na cidade que realizam a desapropriação. Argumentou que na maioria das vezes ocorre a retirada das famílias sem ter um local para reassentá-las e que as indenizações não garantem aquisição de outra moradia. Enfatizou que a maioria dos projetos executados pela Prefeitura e Governo do Estado não é prevista a relocação dos moradores. Sugeriu a transformação de todas as áreas carentes em ZEIS, considerando aquelas que atendem aos critérios para se tornarem ZEIS.

- ✓ Ana Magalhães (Poder Público) se apresentou, informando que é da Secretaria da Mulher, que agora está fazendo parte das Câmaras Técnicas do Conselho da Cidade. Falou que o acompanhamento das Câmaras tem a ver com as áreas que já trabalham considerado a equidade de gênero. Ressaltou que as necessidades da mulher não são escutadas no planejamento urbano.

Declarou que se encantou com as qualidades das intervenções expostas. Achou que Sandro Guedes (ADEMI) poderia trazer propostas concretas das diversas falas para colaborar com o que foi apresentado. Expôs que em curto prazo, não se vislumbra investimento maior, já que o Governo Federal está realizando inúmeros cortes, sobretudo nas áreas sociais. Complementou que há necessidade de saber o que o mercado tem para investir na cidade de modo a atender aos interesses da população mais pobre. Perguntou se o poder público leva em consideração a cultura dos moradores que são transferidos para os conjuntos habitacionais verticalizados. Informou que a população não acredita mais na efetividade do poder público sendo necessário abrir o dialogo, incluindo o setor imobiliário e outros setores, visando investimentos com soluções de uso múltiplo para a habitação. Terminou informando que Recife é a capital com um número maior de mulheres em relação aos homens, sendo importante incorporar esse dado no planejamento e estratégias do Plano de Habitação de Interesse Social.

- ✓ Sandro Guedes (ADEMI) retomou a discussão sobe o aluguel social, ressaltando que não se trata de solução única, mas como mais um mecanismos para ajudar a reduzir o déficit habitacional. Avaliou que a autogestão é importantíssima, que em geral as pessoas se dispõem a pagar mais para ter qualidade de vida. Exemplificou a cidade de São Paulo, onde empresas administram quase como uma subprefeitura e os habitantes pagam por esse sistema de autogestão. Ressaltou que quando as pessoas observam os resultados, ficam mais abertas a pagarem um valor maior. Observou que o aluguel social possibilita maior mobilidade do cidadão.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) perguntou a Lucena qual o prazo que eles possuem para inserir as propostas no Plano. Propôs apresentar na próxima reunião da CT Habitação o produto revisado para avaliação dos conselheiros.

- ✓ Meyre Costa (Lucena) considerou que devido à sugestão da consultora analisar as linhas de investimentos de outros planos deverá ter um prazo de até 30.11 para encaminhar o Plano.

- ✓ Winnie Fellows (Lucena) perguntou se não poderiam fazer as contribuições através da cópia que já possuem.

- ✓ Socorro Leite (HABITAT) sugeriu prazo até o dia 04.12 para os conselheiros enviarem as propostas e a Lucena entregar o trabalho revisado até o dia 14.12, sendo aceita sugestão como encaminhamento da reunião.

- ✓ No período da tarde, Norah Neves (Poder Público) retornou a reunião às 14h48, informando sobre a pauta de discussão do período da manhã solicitando que Igor Jordão (Lucena) e Winnie Fellows (Lucena) continuem a apresentação do 3º produto do PLHIS.

- ✓ Winnie Fellows (Lucena) apresentou quadro com os custos das linhas programáticas, das metas 1, 2 e 3. Ressaltou que alguns custos estão defasados e algumas metas serão alteradas. Mostrou a composição do custo também. Informou que sugeriu 2% de contrapartida das operações da PCR realizadas para a área de habitação.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) informou que a porcentagem aplicada atualmente é maior, pois alguns itens não são pagos pelo Governo Federal, sobrando para o município arcar com os custos. Ainda mais que, ocorrendo qualquer atraso, acarreta elevação de custos para a prefeitura.

- ✓ Winnie Fellows (Lucena) defendeu a aplicação de uma média para definir a contrapartida do município informando que a meta de recurso para trabalhar o déficit habitacional é de R$61.228.392,00. Continuou a apresentação, tratando das metas físico-financeiras segundo marcos temporais. Ressaltou que para cada percentual, foi inserido número de pessoas atendidas, o percentual da média e o valor investido.

- ✓ Cezar Augusto (Poder Público) ressaltou que o PPA está encerrando este ano, que é interessante modificar as datas mostradas para que seja contemplado no planejamento do município.

- ✓ Igor Jordão (Lucena) explanou sobre as condições institucionais e administrativas, para implantação da Política de Habitação de Interesse Social no município considerando a implantação de programas e projetos em uma perspectiva integrada ao contexto metropolitano. Enfatizou a relação do tema com a ação de algumas secretarias e setores da Prefeitura com destaque para o PREZEIS, e com relação a articulação com a sociedade civil fez referencia as universidades, bem como ONGs que atuam com a temática.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) observou que o Plano precisa atualizar algumas nomenclaturas sobre a estrutura administrativa da Prefeitura, considerar também a inclusão da Secretaria de Saneamento e correções de nomenclaturas.

- ✓ Igor Jordão (Lucena) retomou a apresentação e enfatizou a importância da integração entre as secretarias visando qualificar os projetos e a ação da Prefeitura. Ressaltou que em algum momento, os órgãos terão que se alinhar para garantir um trabalho mais eficaz. Apresentou alguns pontos pautados na agenda urbana do III Habitat. Explicou que a nova Lei º 13.465/2017 da Política de Regularização Fundiária trouxe novos parâmetros e estabeleceu a modalidade de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB – S como um processo administrativo. Explicou que a inscrição da Certidão de Regularização Fundiária tem objetivo de gerar o direito real aos ocupantes, que a nova Lei Geral de RF criou novos instrumentos jurídicos mais próximos das necessidades de regularização dos assentamentos urbanos consolidados como o Direito Real de Laje, o condomínio urbano simples e a Legitimação Fundiária – S. Falou que esta norma tem um caráter geral, que abre espaço para posterior regulamentação por meio de decreto. Apresentou sugestões para a Autarquia URB considerando o arranjo administrativo vigente. Propôs transformar a atual gerência de Regularização Fundiária em Diretoria de Regularização Fundiária; criar seis gerências distribuídas por RPA para se aproximar das comunidades; aumentar o número de arquitetos, topógrafos, assistentes sociais, advogados, gestores ambientais por meio de concursos; criar uma comissão de regularização fundiária, de caráter administrativo, tendo como integrantes titulares dos cartórios; formular um Plano Municipal de Regularização Fundiária e preparar uma estrutura para estabelecer convênios com universidades e outras entidades

especializadas. Ressaltou a importância de incentivar a moradia de interesse social no centro expandido do Recife, uma vez que as áreas contêm um quantitativo, mesmo ainda não contabilizado, de imóveis públicos. Expôs que o atual quadro institucional não conta com aparato suficiente atender ao Plano. Sugeriu a prefeitura realizar um levantamento dos imóveis públicos vazios; estabelecer convênio com entidades especializadas em habitação de interesse social. Falou dos Marcos Regulatórios Legais, defendeu a formulação de um Marco Regulatório para a cidade.

- ✓ Winnie Fellows (Lucena) apresentou tabela com os recursos para financiamento habitacional. Ressaltou que se Prefeitura empregar 1% de seus recursos para habitação, ocasionará uma mudança qualitativa e quantitativa enorme no território. Norah Neves (Poder Público) contribuiu com a discussão dizendo que na França, isso já ocorre para recursos nas áreas de interesse social. Winnie Fellows (Lucena) mostrou tabela com monitoramento, avaliação e revisão do PLHIS. Lembrou a importância de alguém se responsabilizar pelo monitoramento.

- ✓ João José da Silva (MLPC/PE) avaliou que no cenário de recursos atuais, a PPA define baixo investimento para a área de habitação de interesse social. Lembrou que a partir da gestão do Prefeito João Paulo, só houve queda desses recursos para a cidade. Ana Magalhães (Poder Público) ressaltou a importância de analisar o calendário do PPA, que avalia já ter sido enviado. Lembrou que o PPA define as matrizes orçamentárias para o ano. Sobre essa questão Cezar Augusto (Poder Público) ressaltou a importância de analisar o PPA. Acrescentou inserir no Plano, pesquisas, equipes e outros fatores, sugeriu que o arranjo administrativo para a área de habitação de interesses social deveria ser gerenciada por uma autarquia, pois avalia que esse tipo de estrutura pode ser menos suscetível a mudanças políticas.

- ✓ Adriana Ferreira (Poder Público) sugeriu a formação de um grupo estratégico focado no monitoramento desta política. Sobre a questão Igor Jordão (Lucena) concordou e sugeriu um constituir na estrutura administrativa um órgão responsável com essa expertise.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) avaliou que no plano não há uma proposta de estrutura organizacional para o município. Falou que anteriormente na estrutura administrativa da URB havia um corpo técnico para atuar nessa área, sendo paulatinamente desmontado por sucessivas gestões políticas administrativas. No momento o que se tem constituído, além de uma Secretaria Executiva e uma Diretoria de Habitação que funciona na Autarquia URB/Recife. Considerou ser importante usar a tecnologia da informação para ter um melhor domínio do trabalho na área da Regularização Fundiária a exemplo do Cartão Reforma e a Central de Licenciamento. Ressaltou que a coleta de dados é extremamente cara, relembrou a pesquisa de Origem-Destino realizada pelo ICPS para elaboração do Plano de Mobilidade que se utilizou de meios eletrônicos disponíveis na internet. Informou que na Diretoria de Habitação se encontra em execução um Projeto Piloto de Regularização Fundiária. Destacou que sentiu falta das metas para definir o arranjo administrativo. Sobre essa questão Socorro Cavalcanti (Poder Público) reforçou a proposta de conter no Plano uma estrutura administrativa articulada as suas linhas estratégicas, devendo fazer referencia também as novas tecnologias. Fernando Almeida (Lucena) ressaltou que a proposta referente à estrutura administrativa deve considerar sua implantação em longo prazo,

contemplando também mudanças de paradigma no desenvolvimento dessa política. Igor Jordão (Lucena) ponderou, sobre condicionantes políticos que interferem em uma estrutura administrativa, indagando se seria mesmo papel da consultora elaborar proposta para essa área. Defendeu que o material atualmente trabalhado pela consultora se refere a indicativos e não a uma proposta acabada. Norah Neves (Poder Público) informou que é papel do Plano propor essa estrutura. Meyre Costa (Lucena) explicou que só esboçaram uma concepção geral de estrutura, mas entende que a consultora pode propor a estruturação, que deverá ser submetida à equipe da Prefeitura que poderá acatar ou não.

- ✓ Cezar Augusto (Poder Público) indagou sobre a instalação do Conselho Gestor, pois esse mal funciona. Avalia que o Plano poderia apontar para caminhos para resolver essa questão. Relembrou que Secretaria Executiva e a Diretoria de Habitação têm um papel importante e pode atuar na solução desse problema.

- ✓ Luciana Félix (Poder Público) retomou a discussão da estrutura administrativa para área de habitação de interesse social, concordou com a proposta da Lucena de esboçar uma concepção geral de estrutura, pois avalia que o Plano tem limites para definir sobre essa questão. Ressaltou que uma reforça administrativa ocorre muitas vezes por questões políticas, que independem da ação de um Plano. Ponderou que o PLHIS pode avançar em outros aspectos, como a questão orçamentária, por exemplo. Lembrou que do ponto de vista da SANEAR, desconhece as críticas que foram expostas.

- ✓ Igor Jordão (Lucena) argumentou que o diagnóstico previa a definição de espaço institucional para o enfrentamento da política habitacional, mas, que ao nível de proposta do Plano avaliou ser mais coerente apontar pela necessidade de articulação entre as secretarias que atuam com projetos e obras de habitação de interesse social. Atribuiu que a falta de articulação entre as secretarias resulta na dispersão de esforços, devendo ser sanada com articulação e pela instituição política municipal. Norah Neves (Poder Público) discordou dos argumentos de Igor reafirmando a importância de uma remodelação da estrutura da Prefeitura. Sugeriu que o Plano contenha uma estrutura mínima do arranjo institucional para implantar a Política Municipal de Habitação de Interesse Social. Sobre essa questão Ana Magalhães (Poder Público) defendeu a opinião de não considerar interessante que a consultoria apresentar uma estrutura organizacional, pois avalia que a gestão administrativa pode não acatar. Igor Jordão (Lucena) reforçou seu argumento lembrando que o diagnóstico relata a existência de espaço orgânico na Prefeitura, sendo que carece de prática de articulação.

- ✓ Concluída a reunião Norah Neves (Poder Público) reafirmou os encaminhamentos acertados pelos conselheiros para dar continuidade ao processo de discussão do PLHIS.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 14ª Reunião da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária

Encaminhamentos:

- ✓ Os Conselheiros devem fazer suas contribuições com base no documento Produto 3 já disponibilizado e enviar até 04.12.17, as propostas para o e-mail da Secretaria do Conselho.
- ✓ A Lucena deve entregar o Produto 3 revisado até o dia 14.12.17.
- ✓ No 14.12.17, às 14h30, realização da Câmara Técnica de Habitação.

Conselheiros presentes indicados pelos seus respectivos segmentos que integram a Câmara Técnica:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Cezar Augusto (Poder Público)	
João José da Silva (MLPC/PE)	
José Fernandes Jr. (Poder Público)	
Luciana Félix (Poder Público)	
Marcela Gusmão (Poder Público)	
Norah Neves (Poder Público)	
Sandro Guedes (ADEMI)	